

**PARTIDOS POLÍTICOS OU DE POLÍTICOS? UMA ANÁLISE
DOS MECANISMOS DE CENTRALIZAÇÃO DECISÓRIA EM
LEGENDAS RECÉM-FORMADAS**

Jean Spritzer e Spritzer
CPDOC/FGV IESP/UERJ
jean.spritzer@fgv.br

Área temática: Partidos e Sistemas Partidários

*Trabalho preparado para apresentação no 9º Congresso
Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação
Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP)*

Montevidéu, 26 ao 28 de julho de 2017

PARTIDOS POLÍTICOS OU DE POLÍTICOS? UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS DE CENTRALIZAÇÃO DECISÓRIA EM LEGENDAS RECÉM-FORMADAS

1. RESUMO

Este trabalho busca jogar luz sobre os arranjos organizacionais de alguns dos partidos políticos brasileiros formados nos últimos anos. Mobiliza-se referencial teórico relativo à organização de partidos políticos, de modo a avaliar a hipótese segundo a qual legendas como o PSD, o SD e a Rede atenderiam a objetivos de atores singulares.

2. INTRODUÇÃO

Em regimes multipartidários, o surgimento de novos partidos poderia ser entendido como um indício de insuficiência do quadro vigente. No Brasil, as novas legendas têm recebido mais atenção, no entanto, pela fragmentação e eventuais entraves decisórios gerados do que por representarem transformações sociais ou mesmo políticas. Neste sentido, tem-se que possíveis especificidades das novas organizações estariam sendo avaliadas de acordo com dinâmicas outras, muitas vezes atinentes a correlações de forças circunstanciais.

Não à toa, a despeito dos requisitos necessários para obtenção do registro pelo Tribunal Superior Eleitoral, têm sido recorrentes as abordagens que tratam dos novos partidos enquanto meros resultados da realocação de atores políticos constituídos. Carece, porém, de maior verificação tanto o perfil destes atores, quanto os mecanismos através dos quais os partidos atenderiam aos seus interesses, uma vez que seriam ainda escassos os esforços com vistas à compreensão do perfil e dinâmicas intrapartidárias.

Após um levantamento inicial das principais dimensões de análise que têm ancorado as discussões sobre os partidos políticos no Brasil, o presente trabalho propõe-se a analisar a formação e organização de alguns dos partidos criados nos últimos anos - a saber, Partido Social Democrático (PSD), Solidariedade (SD) e Rede Sustentabilidade (Rede). O trabalho é acompanhado de um levantamento prosopográfico que pretende

identificar os atores que viriam a compor a coalizão dominante à qual se atribui a condição de liderança quando no processo de mobilização e formação destes partidos. E, em seguida, propomos uma verificação dos estatutos e composições das executivas nacionais destes partidos, a fim se averiguar eventuais processos de manutenção daqueles atores na condição de elite partidária.

3. APORTE TEÓRICO

3.1 Dimensões de análise dos partidos políticos brasileiros

De fundamental importância em democracias representativas, os partidos políticos tenderam a encarnar um dos dilemas inerentes a estes regimes: a busca por conciliar representação e capacidade decisória. No Brasil, apesar de constituírem um objeto de pesquisa consolidado na área de Ciência Política, tendo abarcado análises sobre a relevância destes na arena parlamentar, bem como nas dinâmicas eleitorais, ainda são incipientes os estudos sobre a organização interna dos partidos políticos.

Assim, ainda nos primeiros anos de consolidação dos partidos políticos brasileiros na denominada Nova República, uma corrente de pesquisadores estrangeiros viria a prospectar um cenário pernicioso para tais organizações. Avaliava-se como escasso o enraizamento social dos partidos, de modo a caracterizar um quadro de fragilidade e baixa institucionalização (MAINWARING, 1991, 1999), cuja pluralidade ocasionada pela coincidência com o sistema eleitoral proporcional teria efeitos deletérios no âmbito parlamentar (AMES, 2003). Também uma inferência a priori fundamentada em atributos do sistema de votação centrado nos candidatos levaria à suposta relegação do papel desempenhado pelos partidos na dimensão eleitoral (AMES, 1995; SAMUELS, 1997).

Anos depois, estes diagnósticos viriam a ser contestados mediante evidências empíricas de diferentes ordens. A relevância dos partidos políticos enquanto elementos estruturais na dinâmica das instituições políticas brasileiras teria sido demonstrada através de prerrogativas regimentais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1998), incidindo em elevados índices de disciplina partidária (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). Também o papel desempenhado por

estes na estrutura de competição eleitoral vem sendo verificada em outros trabalhos, que identificam uma tendência de consolidação do sistema partidário (BRAGA, 2006; MELO e CÂMARA, 2012; LIMONGI e GUARNIERI, 2015).

Exceto por estudos de caso que viriam a tratar do Partido dos Trabalhadores (PT) justamente como um caso *sui generis* (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991), os trabalhos que buscariam analisar os partidos políticos brasileiros a partir de evidências empíricas atinentes às dinâmicas de funcionamento internas destes seriam uma tendência mais recente. Mesmo entre estes, predominam também caracterizações do PT (AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2010), que se somam a novas propostas percebidas nos últimos anos, visando a análise do recrutamento e seleção de candidatos (BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA e VEIGA, 2009; BOLOGNESI, 2009, 2013; SPECK, 2013), das dinâmicas internas (GUARNIERI, 2009), bem como dos programas (TAROUCO, 2011) e estatutos (RIBEIRO, 2013).

O artigo de Ribeiro (2013) destaca insuficiências da análise dos estatutos como forma de compreender as disputas e dinâmicas intrapartidárias. E, desprovidas de modelos apriorísticos, nota-se que a análise das organizações partidárias requereria alguma minúcia. Pois, embora o *locus* preponderante para a conformação dos partidos políticos brasileiros tenha sido o Estado e não a sociedade civil (SOUZA, 1983), a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9096, de 1995) - LOPP - compreende-os enquanto pessoas jurídicas de direito privado. Têm, por conseguinte, autonomia para definição das estruturas e regras internas que viabilizam o funcionamento enquanto organizações partidárias.

Em 'Os Partidos Políticos', convém destacar, Duverger já propunha que se distinguísse algumas unidades organizativas - comitê, seção, célula ou milícia -; bem como o grau de autonomia ou centralização no que concerne às dimensões locais, ideológicas, sociais e federais. A prevalência da dicotomia quadros-massas como legado de sua obra, em detrimento de possíveis operacionalizações destas últimas propostas citadas, nos sugere que por muito tempo as análises de partidos políticos tenham, em geral, primado por esforços classificatórios.

Concebendo, por sua vez, os partidos como atores coletivos e complexos, Katz e Mair (1994) propunham dimensões analíticas distintas, as quais denominam como faces

da organização partidária. Seriam estas: *in public office* - quando atinente à dimensão governativa; *on the ground* - relativa à mobilização de filiados ou mesmo simpatizantes; e, *in central office* - referente às lideranças e estruturas de funcionamento necessárias à organização partidária. A prevalência de uma das faces não seria suficiente para caracterizar per si o potencial de um partido, pois para além de características do sistema político, bem como elementos conjunturais que circunscrevem sua possibilidade de êxito, também os objetivos dos partidos poderiam diferir. Assim avalia Wollinetz (2002), que propõe a incorporação de novas dimensões à análise dos partidos, considerando-os de acordo com suas aspirações prioritárias: *vote-seeking*, *office-seeking*, e *policy-seeking*.

Como em outro artigo já identificavam Katz e Mair (1995), entretanto, as estratégias com vistas a cumprir tais objetivos, estariam intimamente ligadas ao grau de proximidade dos partidos em relação ao aparato estatal. Não se trataria, portanto, de uma deficiência, mas de uma tendência, de modo que para além de ser um *locus* de atuação política, o Estado apresentar-se-ia também como uma fonte de recursos vitais para os partidos. E as vantagens competitivas proporcionadas, inclusive, conformariam o que os autores entendem como um processo de cartelização (KATZ e MAIR, 1995).

3.2 Outros atores ou outras unidades de análise?

Se cartel implica restrições à concorrência, como interpretar a expansão do quadro partidário brasileiro? Afinal, há décadas o sistema partidário do país vem sendo caracterizado como fragmentado e custoso, então como novos partidos políticos seguem ingressando nesta arena? Krause, Rebello e Silva (2015) sugerem que os subsídios de recursos públicos têm logrado conservar os principais atores políticos, mas acentuado a competição entre eles, inclusive estimulando o surgimento de novos partidos.

Faz-se necessário então que verifiquemos como se dá o protagonismo de tais atores, bem como nos debruçemos sobre os incentivos de que dispõem para a formação de novos partidos. No que concerne especificamente a esta última agenda de pesquisa, o pesquisador holandês Paul Lucardie (2000) aponta para três elementos como condicionantes da emergência de novos partidos políticos: a eminência de um novo projeto político; a afluência de recursos; bem como a verificação de uma estrutura de oportunidades favorável. Também em busca de variáveis explicativas para a emergência

de novos atores, Margit Tavits avalia tais ocorrências em função daquilo que Gary Cox (1997) entende ser um cálculo estratégico de entrada, o qual a autora compreende como determinante tanto em sistemas partidários estáveis (TAVITS, 2006), quanto em ‘novas democracias’ (TAVITS, 2008). O referido cálculo levaria em consideração os benefícios esperados da inserção, a ser multiplicado pela probabilidade de êxito, do qual se descontariam os custos de operação necessários.

No Brasil, embora desde 1995 a formação e registro de um partido político dependa do cumprimento de requisitos legais específicos - tais quais o caráter nacional do estatuto e o apoio de 0,5% dos eleitores do último pleito distribuídos por pelo menos 9 unidades da federação -, as referências aos novos partidos tem se dado a partir de suas principais lideranças. Importa ressaltar que esta ênfase tem sido notada também na literatura internacional, com análises tratando do que entendem consistir na ‘*presidencialização dos partidos*’ (POGUNTKE e WEBB, 2005; PASSARELLI, 2015).

Independentemente das possíveis justificativas para tal abordagem - ora atribuída ao sistema eleitoral, ora às circunstâncias e interesses de atores específicos -, fato é que pouco se sabe sobre os dispositivos de poder facultados às lideranças no interior dos partidos políticos brasileiros. O acesso a recursos do Fundo Partidário, em consonância com a LOPP, bem como o direito a tempo de propaganda partidária em rádio e televisão são alguns dos benefícios proporcionados aos atores, mas enquanto organizações dotadas de autonomia, carece de maior investigação os mecanismos através dos quais tais recursos seriam alocados de modo a contemplar elites partidárias.

Adotando como premissa uma perspectiva de escolha racional, Aldrich (1995) concebe que individualmente os atores tem os partidos não somente como um aglutinador de preferências, mas tal qual um arranjo institucional que implica alguns compromissos de mais longo prazo. Seriam, assim, alternativas ao dilema olsoniano de ação coletiva, de modo que não constituiriam mera aliança pragmática e monotemática, mas uma coalizão mais duradoura. Lograriam, com isso, maximizar as probabilidades de êxito daqueles que os compõem, que teriam as incertezas reduzidas.

3.3 Partidos políticos enquanto atores coletivos: a dimensão organizacional

Ainda de acordo com o autor supracitado, "(...) *um segundo conjunto de figuras importantes na política partidária compreende aqueles que possuem - ou têm acesso a - recursos críticos que os office-seekers precisam para realizar suas ambições*" (ALDRICH, 1995, p. 20). Os partidos, portanto, não se resumiriam às suas lideranças detentoras de cargos governamentais, muito embora estes representem vantagens significativas.

Conforme alertava Robert Michels na clássica obra ‘Os Partidos Políticos, *“Uma organização forte exige, por razões tanto de técnica administrativa, quanto de tática, uma direção igualmente forte. Na medida em que é morosa e vaga, a organização é impotente para produzir uma direção profissional.*” (MICHELS, 1968, p. 17). Para além da observância desta tendência de oligarquização nos aparelhos partidários, somente depois de setenta anos depois da publicação de Michels, foi proposta uma sistematização dos recursos de poder que viabilizariam tais modelos de organização partidária, objetivo da obra de Angelo Panebianco (1985).

Antes, entretanto, de tratar das atividades vitais para as organizações partidárias, o próprio Panebianco já atentava para a ocorrência do que denomina como um ‘preconceito teleológico’. Em suas diferentes formas, *“o preconceito teleológico age com a mesma lógica: atribui objetivos aos partidos e explica seus comportamentos à luz desses objetivos.*” (PANEBIANCO, 2005, p. 10) A fim de romper com tais práticas, avalia-se imprescindível a compreensão da estrutura interna de poder, em sua complexidade.

No modelo analítico proposto pelo autor, o grau de centralização de uma organização partidária se daria sobretudo em função do controle do grupo de dirigentes que forma a - assim denominada - ‘coalizão dominante’ sobre atividades vitais para o funcionamento dos partidos. Panebianco então postula haver seis fatores em torno dos quais tais atividades se desenvolveriam, e cujo controle seria imprescindível para a estabilidade organizativa em favor de segmentos ou interesses específicos. Tais fatores constituem o que ele compreende enquanto zonas de incerteza.

A primeira delas seria o reconhecimento por parte dos demais agentes sobre atributos, qualidades ou predisposições outras que legitime o exercício de determinadas funções por atores específicos. Trata-se de algo semelhante àquilo que Max Weber

compreendia como fonte de legitimidade para os três tipos puros de dominação. Ou mesmo, conforme lembra o próprio Panebianco, algo como a 'expertise' postulada por Michels como necessária para a condução do partido, dada a inexorável especialização que o autor de 'Os Partidos Políticos' identificava.

Outra zona de incerteza observada por Panebianco seria o 'ambiente', cujo controle requereria capacidade de interpretação e gestão das circunstâncias e fatores outros que não estariam plenamente associados à ação direta do partido. Por se referir tanto à formação de alianças externas quanto à capacidade de absorção de conjecturas favoráveis, a relação com o ambiente é definida pelo autor de modo demasiadamente amplo, quando não ambíguo, mas constituiria um dos mais importantes recursos de poder.

O terceiro elemento postulado por Panebianco diz respeito à comunicação e aos meios através dos quais as informações circulam. Entendemos tratar-se de uma zona de incerteza sobre a qual hodiernamente dirigente algum lograria controlar, muito embora se permita difundir interpretações. Por sua vez, seria também sobre tal capacidade de elucidação que versaria a quarta zona de incerteza, mas no que concerne às regras formais. Tratar-se-ia de recurso organizativo fundamental, uma vez que se prestaria à condição de instrumento de controle que provê previsibilidade, mas, simultaneamente, pode facultar aos dirigentes a prerrogativa de interpretação das normas.

O penúltimo fator descrito é notório: os financiamentos, cujo controle sobre os recursos de tal ordem tenderia a ser claro e manifesto, seja em função de uma relação de dependência econômica por parte dos demais agentes, seja por conta do controle sobre a distribuição interna. Em sistemas políticos nos quais a competitividade tem custos elevados, este tem sido um dispositivo de desequilíbrio em favor de atores específicos. Já o sexto recurso seria o recrutamento, cujo controle possibilita angariar apoios e fomentar mobilizações de acordo com os critérios que se pretenda prioritários em cada organização partidária.

Dando sequência à apresentação do que caracteriza serem as seis zonas de incerteza vitais para quaisquer organizações partidárias, Panebianco aborda possibilidades de composições diversas nas coalizões dominantes de cada partido político. Ancorados por este referencial teórico, a seguir trataremos de algumas das

circunstâncias verificadas nos partidos políticos que o presente trabalho se propõe a analisar.

4. OS OBJETOS EM QUESTÃO

Levando em consideração o contexto de formação do Partido Social Democrático, em 2011, do Solidariedade, em 2013, bem como da Rede Sustentabilidade, em 2015, enfatizaremos, em um primeiro momento, como se deu a consolidação dos projetos de partido vislumbrados. Em seguida, buscaremos diferenciar suas estruturas organizativas, avaliando as prerrogativas estatutárias, bem como a composição das executivas nacionais destes partidos.

4.1 – PSD

4.1.1 Articulação, formação e registro

Mais antigo dentre os partidos aqui observados, o PSD já fora analisado anteriormente por outros autores. Ribeiro e Simoni Junior (2013) avaliaram o surgimento da legenda como decorrência de desavenças internas na cúpula do Democratas, cujo rompimento definitivo, por sua vez, encontraria abrigo nas especificações que a Resolução nº 22.610, do TSE, tecia quanto à consideração da criação de um novo partido como justa causa para a portabilidade do mandato parlamentar. Já Krause e Gerardi (2014) destacaram o fato do novo partido ter sido fomentado pelo aparato estatal, com detentores de mandatos, sobretudo nos executivos estaduais, tendo provido recursos políticos e seletivos que o viabilizaram enquanto organização estruturada.

Fato é que o PSD foi resultado da articulação do então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab junto a outros quadros, entre os quais teve destaque o vice-governador de São Paulo e outrora candidato à Presidência da República, Guilherme Afif Domingos, bastante atuante durante o processo. No mês de março de 2011, anunciaram oficialmente o desligamento do DEM e o início do processo de coleta de assinaturas e apoiamentos necessários para a formalização da criação de uma nova organização.

À época, um primeiro documento contendo doze eixos programáticos, redigidos por Afif Domingos, fora apresentado como diretriz para o programa partidário. Entre outros aspectos específicos, a carta posicionava o novo partido em defesa de liberdades individuais, do livre mercado, da sustentabilidade e da descentralização governamental. De modo amplo, pretendia manter neutralidade, em pleno acordo com o que seu fundador, Kassab, declarara sobre o PSD não ser "*nem esquerda, direita ou centro*"¹, bem como a ausência de um posicionamento a priori em relação ao governo federal e aos polos situação-oposição.

O PSD contou com a adesão de lideranças diversas. Logo em seu primeiro ano, dois governadores - Omar Aziz, do Amazonas, e Raimundo Colombo, de Santa Catarina - ingressaram no partido, somando-se a dois senadores - Katia Abreu, do Tocantins, e Sergio Petecão, do Acre -, bem como 48 deputados, que consolidavam a relevância de uma das maiores bancadas do Legislativo Federal.

Trata-se, portanto, de um caso de partido que não necessariamente representaria um novo projeto político, mas cuja centralidade dos detentores de cargos públicos no processo de gênese inicialmente possibilitou alguma afluência de recursos e exposição.

4.1.2 *Organização interna*

De acordo com o estatuto primeiro do PSD, registrado em 2011, o partido tinha como principal órgão de direção as comissões executivas, ao passo que o foro destinado à deliberação seria as convenções e os próprios diretórios. As convenções, no entanto, ocorreriam mediante convocação por parte do presidente da Comissão Executiva, e reuniriam os delegados eleitos no âmbito de seus respectivos estados, além dos membros do diretório nacional, bem como os representantes do PSD no Congresso Nacional. A Executiva Nacional seria eleita pelo diretório, que, por sua vez, seria eleito na Convenção nacional. Têm-se, assim, o seguinte desenho organizacional:

¹ **Kassab: PSD não será 'nem esquerda, direita ou centro'**. Agência Estado. Publicado em 29/03/2011. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,kassab-psd-nao-sera-nem-esquerda-direita-ou-centro,698756/>>.



É intuitivo esperar, assim, que aqueles que empenharam esforços na formação dos primeiros diretórios locais, logrem obter presença e representatividade nas instâncias decisórias iniciais do novo partido. No caso do PSD, os mandatos dos membros dos órgãos partidários seriam de três anos, prorrogáveis por mais um, e facultado o pleito por reeleição. A Executiva Nacional do partido seria então composta por um presidente; quatro vice-presidentes; um secretário-geral; dois secretários, dois tesoureiros; até quinze vogais; além de líderes e membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os presidentes dos quatro órgãos de ação política (pró-mulher, pró-jovem, pró-idoso e pró-deficiente) e o presidente da Fundação Espaço Democrático, destinada à pesquisa e estudos, em conformidade com o inciso IV do Artigo 44 da LOPP.

Além disso, a Executiva seria dotada de 21 prerrogativas previstas no estatuto. Entre estas, excetuando-se competências administrativas, cabe destacar algumas de caráter discricionário: análise prévia de filiação de detentores de cargos e mandatos eletivos de natureza federal; a prevalência dos atos resolutivos desta sobre as instâncias partidárias de todo o território nacional, cabendo inclusive anulação de convenções municipais e estaduais; bem como a designação de comissões provisórias onde não houver diretório instituído.

Inalterado o desenho organizacional, uma nova versão do estatuto foi registrada em 2015, na qual foram acrescentados itens relevantes. A Executiva passou a ter mais dez vogais, além de seis vice-presidentes, entre os quais caberia ao presidente designar o substituto em caso de ausência temporária. E, em termos de prerrogativas, na nova versão, a Executiva Nacional passou a ter poder de veto sobre deliberações, candidaturas e coligações definidas nas demais esferas do partido.

Quanto à distribuição de recursos financeiros, o estatuto do PSD prevê que de toda ordem de arrecadação do partido, sejam descontados os custos fixos com pessoal e manutenção dos patrimônios, em montante prioritário que não ultrapasse 20% do total recebido. Outros 20% teriam de ser direcionados à Fundação Espaço Democrático, enquanto de todo o restante, incluindo os recursos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos, 20% seriam necessariamente destinados aos diretórios estaduais, enquanto o Diretório Nacional ficaria com 80% do montante, a ser repassado conforme deliberado pela Executiva. Tal dinâmica, portanto, vem a ser melhor compreendida mediante a observância da composição da Executiva, a qual apresentaremos a seguir.

4.1.3 *Elites partidárias*

Por ser o mais antigo dentre os partidos analisados, o PSD nos permite uma análise comparativa quanto à composição do que pode vir a configurar uma elite partidária. Os dados encontram-se dispostos abaixo:

PSD	N	ΔN	Reeleitos	Estreantes	Elite pol	Outros
2011-2013	25	0	0	25	23	2
2013-2015	37	12	21	16	30	7
2015-2017	48	11	30	18	31	17

De início, verifica-se que à época de sua formação, a Executiva do PSD tinha 25 integrantes. Somente cinco não dispunham de mandato eletivo, um dos quais havia disputado as eleições presidenciais do ano anterior, na condição de postulante a vice. Dentre os quatro restantes, dois já haviam cumprido mandato eletivo no Legislativo Federal em passado recente, enquanto os outros dois eram empresários com trajetória relacionada ao setor público. Neste sentido, seria plenamente possível afirmar que, a se observar pelos seus dirigentes, o PSD de fato aparentaria ter a realocação de quadros enquanto mote fundacional.

Conforme disposto no quadro acima, em 2013, quando eleita a nova composição da Executiva, com mandato vigente até julho de 2015, foi também aprovado o acréscimo de doze integrantes àquele órgão, que passaria a ser composto por 37 integrantes. Na ocasião, 21 membros foram reeleitos. Dos dezesseis ingressantes,

convém notar que eram cinco os que não haviam exercido cargo público, enquanto entre os demais havia três vice-governadores, dois ex-ministros, além de outras lideranças locais.

Nova Convenção viria a ser realizada em 2015, quando além de mais um vice-presidente, foram acrescentados dez vogais, passando a Executiva a contar com 48 integrantes. Dezoito destes eram estreantes naquele órgão, indicando razoável renovação das elites do partido, apesar desta nova composição ainda contar com 65% de detentores de cargos públicos. Em todas as composições do órgão, percebe-se também o predomínio de integrantes radicados no estado de São Paulo, muito embora sempre houvesse representantes de pelo menos outros 14 estados.

E, por fim, no que concerne à caracterização originária dos quadros em questão, tem-se que em sua primeira formação, a Executiva tinha 68% de sua composição formada por egressos do Democratas. Somente dois de seus integrantes, por sua vez, não tinham atividade partidária progressista, característica mantida na composição que a sucede, quando apenas três dentre os 37 membros não tinham tal histórico. Na nova composição egressos do PR, PMDB, PMN, PP, PPS e PSDB passaram a dividir o espaço com os ex-DEM.

4.2 SDD

4.2.1 - Articulação, formação e registro

Assim como avaliado no caso anteriormente apresentado, também a formação do Solidariedade como partido político poderia ser atribuída a desavenças internas em organizações progressistas. No caso do SDD, os rompimentos tiveram vez em dois ambientes distintos – os movimentos sindicais e o Partido Democrático Trabalhista -, mas cujas pautas de discordância estavam associadas. Entre os movimentos sindicais, a Força Sindical pretendia-se alternativa à hegemonia da Central Única dos Trabalhadores, vista como pouco autônoma em relação ao Partido dos Trabalhadores. No PDT, por sua vez, o dissenso girava também em torno do apoio a projetos do governo federal caros aos trabalhistas.

Em ambos os casos, as articulações passariam pelo empenho do presidente nacional da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, que acumulava este cargo com a presidência estadual do PDT em São Paulo, e também com o mandato de deputado federal. Conhecido pela alcunha de Paulinho da Força, o dirigente sindical vinha externando discordâncias quanto às alianças pedetistas no plano nacional, mas em 2012 estas viriam a ser mais tensionadas com sua candidatura à prefeitura paulistana, para a qual o PT tinha candidatura própria. As bases de sustentação distintas do PDT no âmbito estadual e nacional ficariam ainda mais evidentes no segundo turno da referida eleição, quando os diretórios estadual e nacional do partido apoiaram chapas distintas. Embora à época o dirigente negasse que estivesse mobilizando apoios para a formação de uma nova legenda, Paulinho já reconheceu que no mês seguinte àquela eleição ocorreram as primeiras reuniões com tal pauta².

Com capilaridade viabilizada pelas cerca de 1700 entidades filiadas à Força Sindical, a formação de diretórios e a coleta de assinaturas para formalizar o Solidarietà foram profissionalizadas. O processo ficou sob a incumbência de funcionários licenciados do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, que coordenados por um advogado que assumiria formalmente a presidência do partido, oficializaram a abertura de diretórios do SDD em estados com colégios eleitorais mais baixos e que, por conseguinte, requereriam quantidade menor de assinaturas.

Com os procedimentos otimizados, em setembro de 2013 o partido já obtinha o registro junto à Justiça Eleitoral, ficando apto para a disputa das eleições do ano seguinte. Obtido o registro, e com a decorrente possibilidade de pleitear novos mandatos em 2014, o Solidarietà contou com a adesão de 24 deputados federais, em sua maioria egressos de partidos situacionistas.

Na condição de programa do partido, foram lançadas diretrizes para discussão temática, que posteriormente seriam objeto de análise da fundação de pesquisa vinculada ao Solidarietà. Os temas eram: meio ambiente e sustentabilidade; idosos; agroeconomia; saúde; educação; esportes; mulheres. Ademais, apesar de não dispor de um programa explícito, o Solidarietà defenderia como pautas prioritárias questões

² **Leia a transcrição da entrevista de Paulinho da Força à Folha e ao UOL.** Jornal Folha de S. Paulo. Publicado em 26/09/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2013/09/1347659-leia-a-transcricao-da-entrevista-de-paulinho-da-forca-a-folha-e-ao-uol.shtml>>.

relativas à relação capital-trabalho, em conformidade com as bandeiras da Força Sindical.

Neste sentido, é possível dizer – e o próprio presidente do partido o faz – que o Solidariedade não representa um novo projeto político, distinto dos então vigentes. Ainda assim, o partido contou com a mobilização de atores externos, cujos recursos organizacionais apresentaram-se tal qual uma vantagem competitiva.

4.2.2 Organização interna

O estatuto do Solidariedade, por sua vez, no que concerne ao desenho organizacional, prevê estrutura interna idêntica à do partido anteriormente citado, conforme também disposto:



Convém, no entanto, diferenciá-lo em termos de composição e competências. Para todos os cargos eletivos do partido, o estatuto confere mandatos de quatro anos, com possibilidade de uma reeleição. Previa ainda o estatuto que a Executiva Nacional do Solidariedade viesse a ser formada por seu presidente, cinco vice-presidentes – um para cada região do país -, um secretário-geral, quatro secretários, três tesoureiros, além dos líderes das bancadas do partido na Câmara e Senado Federal, bem como eventuais membros da Mesa Diretora destas casas, ex-presidentes do partido, além dos presidentes dos seis órgãos de ação política (comissão da Mulher; de Defesa das Minorias; de Meio Ambiente; do Trabalho; dos Jovens; dos Aposentados e Pensionistas), o presidente da Fundação Primeiro de Maio; e também um representante dos deputados estaduais da legenda. Ademais, o estatuto do partido previa ainda dispositivos para uma maior representatividade de estados nos quais logrou constituir eleitorado, provendo um

delegado estadual a mais a cada dez mil votos recebidos para o Legislativo Federal naquela localidade.

No estatuto recorrem termos pouco específicos e abertos interpretação, tal qual ‘interesses político-partidários’, inclusive na seção destinada à especificação das dezesseis prerrogativas da Executiva Nacional do partido. Seriam, em sua maioria, muito semelhantes às do partido anteriormente apresentado, inclusive com alguns dos artigos *ipsis litteris*. Designam, de modo geral, competências administrativas, jurídicas, financeiras e também táticas.

Competiria à Executiva do SDD, entre outras coisas, orientar a celebração de coligações, bem como a escolha de candidatos, não obstante a prerrogativa de análise prévia de pedidos de filiação por detentores de quaisquer cargos eletivos, e a possibilidade de se revogar convenções realizadas em âmbitos municipais ou estaduais, que a ela se submeteriam. Além disso, o estatuto do SDD confere extensas prerrogativas, em específico, ao presidente da Executiva, sobretudo no que concerne a contratações e gastos financeiros de todo tipo.

No que concerne às finanças, estabelece o estatuto que as receitas do partido sejam repassadas prioritariamente com vistas aos gastos com pessoal - limitado a 25% , seguidos dos 20% direcionados à Fundação Primeiro de Maio; e, 5% direcionados à programas de promoção e difusão da participação feminina no partido. Ademais, prevê-se que o restante dos recursos seja repartido, com metade à cargo dos diretórios estaduais e metade sob controle do diretório nacional.

4.2.3 *Elites partidárias*

No Solidariedade, desde a sua formação original em 2013, a Executiva do partido mantém-se praticamente a mesma, com mudanças pontuais que não nos permitem verificar reconfigurações da elite partidária. De todo modo, esta elite apresenta características distintas, tendo em vista que dos 42 membros que a integraram em algum momento, menos da metade havia ocupado cargos públicos de caráter eletivo. No caso, conforme ressaltado anteriormente, a principal marca Executiva Nacional do partido seria a predominância de atores vinculados a movimentos sindicais, que no

Solidariedade correspondem a mais de um terço da composição histórica do órgão partidário.

Para além das lideranças sindicais, entre os detentores de cargos eletivos, percebe-se a incidência da adesão de deputados federais ao partido em questão, de modo que viriam a constituir parcela significativa da Executiva do Solidariedade. Ainda no que concerne à trajetória desta cúpula partidária, tem-se que mais de 40% seria composta por egressos do PDT, com destaque para a ala paulista que acompanhara a dissidência do partido no estado.

E, reforçando a caracterização de um processo profissionalizado de fundação do partido, percebe-se que parcela significativa dos componentes da Executiva registrada junto ao TSE o fora para fins procedimentais, tendo integrado o referido órgão por período ínfimo, restrito à época de registro.

4.3 REDE

4.3.1 Articulação, formação e registro

Enquanto os partidos anteriormente apresentados podem ser interpretados como dissidências de organizações progressas específicas, a Rede propor-se-ia a romper com o que designava como política tradicional. Assim postulava a principal idealizadora e fundadora do projeto em questão, inicialmente denominado ‘Movimento por uma Nova Política’: a ambientalista Marina Silva. Anos após deixar o PT, a ex-ministra havia ingressado nos quadros do Partido Verde, pelo qual fora candidata à Presidência da República em 2010, mas deixara o partido no ano subsequente. Anunciou a desfiliação em julho, acompanhada de outros partidários, e, embora propagasse que o movimento não pretendia institucionalizar-se enquanto partido ou ator eleitoral, eram recorrentes as interpelações com vistas a tal objetivo, que acabaram por conformar o projeto em questão.

Segundo a própria idealizadora,

“O que está acontecendo aqui é um paradoxo, estamos criando um partido para questionar a si próprio. Não é um partido criado para disputar eleição, mas para disputar uma visão de mundo, de um novo sujeito político

que não é espectador, é o protagonista. É para democratizarmos a democracia, reconectarmos o sujeito com a potência do fazer político”³.

Teriam sido disponibilizadas plataformas virtuais a fim de reunir propostas para um manifesto, bem como sugestões de nomes para a organização em questão, que viria a contar com a participação de militantes de causas variadas, entre as quais algumas lideranças políticas. Em evento realizado em fevereiro de 2013, e denominado Rede Pró-partido, foram então discutidos modelos de desenvolvimento social que contemplassem inclusão e sustentabilidade, termo este último que seria escolhido para dar nome ao movimento. Não obstante a compilação de um manifesto, na mesma ocasião foram divulgados alguns preceitos a serem contemplados pelo estatuto, bem como um planejamento para a coleta das assinaturas requeridas pelo TSE para o registro do partido até o mês de maio.

A despeito dos esforços, que de acordo com os coordenadores do projeto, teriam sido mobilizados por 12 mil voluntários, as assinaturas coletadas nos primeiros meses de 2013 não teriam sido suficientes, de modo que tiveram de ser intensificadas nas semanas seguintes, aproveitando-se da realização de eventos e aglomerações de diferentes ordens⁴. Com a invalidação de dezenas de milhares de assinaturas não certificadas pelos cartórios eleitorais, no entanto, a Rede não logrou atingir o apoio mínimo necessário e teve o pedido de registro negado pelo TSE.

As tentativas não cessaram, e, enquanto arquivado o processo, parcela significativa postulantes a cargos eletivos pelo partido vindouro, entre os quais a própria Marina Silva, aceitaram ingressar no PSB a fim de manterem-se aptos para as eleições de 2014. Intensificada a busca por apoios, a Rede obteve o registro em setembro de 2015. Na arena parlamentar, o partido contou com a adesão de cinco deputados federais e um senador, que se somaram a outros 21 detentores de cargos eletivos em âmbitos locais.

³ “**Marina diz que novo partido não será de situação nem oposição**” Empresa Brasil de Comunicação. Publicado em 16/02/2013. Disponível em: <<http://www.etc.com.br/noticias/politica/2013/02/marina-silva-estamos-vivendo-uma-criese-civilizatoria>>.

⁴ “**Marina intensifica coleta de assinatura para Rede.** Jornal O Estado de S. Paulo. Publicado em 20/05/2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marina-intensifica-coleta-de-assinatura-para-Rede,1033821>>.

A Rede postulava-se, assim, enquanto um projeto inovador que pairaria e transformaria a dinâmica política institucional, muito embora faltem elementos que atestem os propósitos de tal configuração.

4.3.2 Organização interna

A Rede propôs-se a adotar estrutura menos rígida, de modo que seria de se esperar que seu desenho organizacional apresentasse características mais abertas à participação. Em que pese a possibilidade de participação virtual, e também regras eleitorais estabelecidas pelo estatuto, o desenho organizacional não difere substancialmente dos demais partidos apresentados, conformando a seguinte disposição:



Em seu ato de fundação, uma comissão provisória de caráter nacional foi incumbida da formação de uma primeira Executiva Nacional, composta por dezesseis fundadores. Uma vez obtido o registro no Tribunal Superior Eleitoral, em setembro de 2015, esta perderia o caráter provisório, passando a constituir a própria Executiva Nacional. Ademais, verifica-se que o único elemento que distingue o desenho organizacional da Rede em relação aos dos demais partidos apresentados diz respeito ao fato da Executiva Nacional também ser eleita de modo direto no Congresso Nacional, a princípio de modo independente da composição do Elo Nacional⁵.

Enquanto o Elo Nacional seria composto por cem integrantes eleitos, a Executiva teria 25. Ainda no que concerne aos procedimentos de constituição dos órgãos partidários, o estatuto da Rede prevê a adoção do que entende por consenso progressivo, que viria a ser conciliado com o princípio da proporcionalidade. A

⁵ Na Rede Sustentabilidade, o equivalente aos diretórios – grupos designados para gerência de assuntos partidários – seria denominado como ‘elo’.

Executiva teria seus trabalhos divididos entre nove coordenações (Geral; Executiva; Financeira; de Organização; de Formação Política; de Comunicação e Redes Sociais; de Relações Internacionais; de Movimentos Sociais; de Ação Institucional e Políticas Públicas), com dois membros cada uma. Além dos coordenadores, os líderes das bancadas parlamentares do partido teriam assento garantido na Executiva, e poderiam ainda integrá-la na condição de vogais, mas não de coordenadores. Dentre os cargos eletivos, o estatuto estabelece ainda que estes devam ser compostos obedecendo à proporcionalidade de gênero, com máximo de 70% para cada sexo.

A despeito destes princípios adotados, na Rede o estatuto concebe prerrogativas específicas para cada uma das coordenações que compõem a Executiva do partido, mas prevê-se a adoção de consultas públicas como soberanas. Entre aquelas prerrogativas, no entanto, chama atenção a concentração de competências atribuídas à coordenação geral, que não obstante função de representação partidária em ambientes externos (os dois responsáveis pela coordenação geral são inclusive designados, na Rede, como ‘porta-vozes’), vem a ser responsável por designar intervenções e comissões provisórias em instâncias partidárias outras, mediante chancela dos demais membros da Executiva.

Além disso, também responsabilidades financeiras passariam pela coordenação geral, de modo que a autorização de toda ordem de gastos, de acordo com o estatuto do partido, dependeria da autorização de um dos dois porta-vozes, com a única condição de anuência expressa de um dos coordenadores financeiros. E, quanto aos repasses pré-estabelecidos, o estatuto prevê a distinção de acordo com a fonte de receitas, com a metade dos recursos do Fundo Partidário destinado às instâncias nacionais e, metade às estaduais, ao passo que as contribuições financeiras de filiados seriam repartidas entre órgãos nacionais, estaduais e municipais do partido, que ficariam, respectivamente, com 20%, 20%, e 60%.

4.3.3 *Elites partidárias*

Observada a composição da Executiva Nacional da Rede, verifica-se que exceto pelos parlamentares com assento garantido por conta da liderança de bancadas no Poder Legislativo, são exceções os membros que detêm mandatos eletivos. Se, por um lado, esta característica poderia ser atribuída à condição incipiente ou mesmo minoritária do

partido, por outro, a realização de levantamento prosopográfico constatou a prevalência de atores vinculados a organizações da sociedade civil.

A filiação provisória ao PSB implicou dificuldades para o tento de verificação das atividades partidárias pregressas dos dirigentes da Rede, mas além daquela legenda, foram identificados egressos do PC do B, PDT, PSOL, PT e PV, radicados em dezessete estados diferentes.

5. CONFRONTAÇÕES POSSÍVEIS

Enquanto conjunto de regras formais previamente estabelecidas, os estatutos partidários constituíram objeto limitado para a análise preconizada por este trabalho. Não à toa, entende-se inclusive que a composição dos órgãos de direção, bem como o levantamento prosopográfico acerca de seus membros teriam mobilizado indícios mais profícuos quanto à distribuição interna de poder nos partidos políticos brasileiros. Assim, entre os elementos sobre os quais os estatutos versariam de modo explícito e constringente, pudemos verificar menções a somente três das zonas incertezas abordadas por Panebianco: as regras formais; os recursos financeiros; e o recrutamento.

A simples existência de um estatuto que deve ser registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral constitui, em certa medida, um obstáculo à maleabilidade das regras formais de acordo com interesses circunstanciais de eventuais coalizões dominantes. Porém, de um lado, percebe-se que o PSD e o SDD concebem a prerrogativa de veto por parte das instâncias executivas nacionais sobre deliberações de órgãos de âmbitos outros. Por outro lado, a Rede prevê explicitamente que o Elo Nacional, órgão diretor do partido, seja consultado em casos não previstos no estatuto.

A princípio, espera-se dinâmica semelhante no que diz respeito ao recrutamento, uma vez que os estatutos dos três partidos analisados preveem mecanismos de contestação ao ingresso de novos filiados. Além disso, verifica-se que nos três casos, os partidos concebem tratamento diferenciado - com necessidade de realização de consulta - quando o postulante for detentor de mandato eletivo. No PSD, uma consulta à Executiva Nacional seria requerida para mandatários com histórico de exercício de cargos públicos no nível federal. No SDD, por sua vez, tal mecanismo seria necessário para novos filiados com mandato eletivo em todo e qualquer âmbito. Ao passo que na

Rede, o estatuto prevê que independentemente do cargo, toda filiação deva passar pelo crivo do diretório da respectiva instância local.

Já no que concerne às finanças dos partidos, os estatutos fornecem dois indicadores relevantes. O primeiro deles diz respeito à destinação dos recursos a cada uma das esferas – nacional, estadual e municipal. O outro indicador, por sua vez, seria dado pela prerrogativa de autorização de gastos, uma vez que tal atribuição pode conceber às lideranças a possibilidade de privilegiar determinados segmentos em detrimento de outros. Todos os estatutos, convém ressaltar, estabelecem determinadas despesas como prioritárias, tal qual o são os custos fixos de manutenção de patrimônio, recursos humanos, bem como montante destinado às fundações de pesquisa.

Sobre os demais elementos, porém, os partidos diferem. Na Rede, o estatuto prevê que a distribuição de recursos financeiros seja distinta também de acordo com a fonte de tal receita: se oriundo do Fundo Partidário ou de contribuições outras. Nos dois outros partidos analisados, não há tal discriminação. Ademais, conforme apresentamos na seção anterior, na Rede, os repasses ocasionados por contribuições de filiados tenderia a privilegiar os locais onde o partido encontrar-se-ia mais consolidado. Já a receita oriunda Fundo Partidário seria repartida igualmente entre instâncias nacional e estaduais, com os repasses ficando sujeitos às determinações de um dos dois coordenadores gerais do partido. Também no SDD, o montante seria dividido metade-metade, e os repasses dependeriam da aprovação do presidente da Executiva. Já no PSD, o montante seria alvo de maior disputa, uma vez que a maior parte dos recursos concentrar-se-ia com a instância nacional, com repasses a cargo da aprovação da Executiva Nacional, conforme deliberação.

Tornadas públicas pelo TSE, a lista de integrantes dos órgãos executivos dos partidos políticos brasileiros nos forneceriam mais alguns indícios sobre tais processos que tomam forma no interior dos partidos. Isto porque uma análise preliminar de seus componentes apresenta perfis distintos: enquanto a Rede teria sua instância decisória nacional composta majoritariamente por atores desvinculados do aparato estatal, verificamos que tal proporção viria a ser mais reduzida no SDD, e, ainda mais no PSD. Se o segundo apresenta composição significativa de atores de movimentos sindicais, o último teria atores de trajetória política conhecida e vinculada ao aparato estatal.

Neste sentido, é possível que as dinâmicas de poder intrapartidário possam vir a ser melhor compreendidas quando identificados os recursos de poder a disposição dos

dirigentes. Entretanto, a despeito de semelhanças no desenho organizacional, bem como da observância de dispositivos estatutários específicos, parece inegável que os partidos políticos analisados pelo presente trabalho preservaram a possibilidade de mobilização de recursos de esferas outras.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, O. “As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009”. Diss. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

AMARAL, O. “Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade”. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-44, 2011.

AMARAL, O. “O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos - uma avaliação de 100 anos de literatura”. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, 2013.

AMES, B. “Electoral strategy under open-list proportional representation”. **American Journal of Political Science**, p. 406-433, 1995.

AMES, B. “Entraves da Democracia no Brasil”. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 2003.

BOLOGNESI, B. “A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas”. **Revista de Sociologia e Política**, 21(46), pp.45–68. 2013.

BOLOGNESI, B. “Candidatos e Eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições” 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2009.

BRAGA, M. S. S.; PRAÇA, S. “Recrutamento partidário: seleção de candidatos à Câmara paulistana”. In: Kinzo, Maria D'Alva; Braga, Maria do Socorro.. (Org.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. 1aed.São Paulo: Editora Humanitas, 2007, v., p. 179-203

BRAGA, M. S. S.; VEIGA, L. “Recrutamento e Perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 4 n.70. 2009.

BRAGA. M. S. S.; PIMENTEL JR, J. “Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?”. **Opin. Publica**, Campinas , v. 17, n. 2, p. 271303, Nov. 2011

BRAGA, M. S. S.; VEIGA, L.; MIRÍADE, A. “Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 24, n. 70. p. 123-142, 2009.

BRAGA, M. S. S.; “O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política, 1982-2002”. Editora Humanitas, 2006.

CAMPOS, M. M. Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil. Belo Horizonte. Tese de Doutorado. tese de doutorado em Ciência Política, UFMG, 2009.

COX, G. . Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems. Cambridge University Press, 1997.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>.

DUVERGER, M. Los partidos políticos. FCE de España. 2002.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. “Bases institucionais do presidencialismo de coalizão”. **Lua Nova**, v. 44, p. 81-106, 1998.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. “Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional”. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GUARNIERI, F. “A Força dos Partidos Fracos: Um Estudo sobre a Organização dos Partidos Brasileiros e seu Impacto na Coordenação Eleitoral”. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo. 2009.

KATZ, R. S.; MAIR, Peter. “The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization”. **American Review of Politics**, v. 14, p. 593-617, 1994.

KATZ, R.; MAIR, Peter. “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party”. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995

KECK, M. “PT a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira”. Tradução de Maria Lucia Montes. São Paulo: Ática, 1991.

KRAUSE, Silvana; GERARDI, André. Executivo Estadual faz a diferença? A estreia eleitoral do PSD nas eleições municipais de 2012. IX Encontro da ABCP. 04 a 07 de agosto de 2014.

KRAUSE, Silvana; REBELLO, Maurício Michel; DA SILVA, Josimar Gonçalves. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, p. 247, 2015.

LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. **Opinião pública**, v. 21, n. 1, p. 60-86, 2015.

LUCARDIE, P. Prophets, purifiers and prolocutors: Towards a theory on the emergence of new parties. **Party politics**, v. 6, n. 2, p. 175-185, 2000.

MAINWARING, S. “Políticos, Partidos e Sistemas eleitorais”. **Novos Estudos Cebrap** (29), 1991.

MAINWARING, S. “Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The case of Brazil”. Stanford : Stanford University, 1999.

MELO, C. R; CÂMARA, Rafael. “Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil”. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 71117, 2012.

MENEGUELLO, R. “PT: a formação do partido”. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. Os Partidos Políticos, trad. Hamilton Trevisan. São Paulo: Senzala.(sd). 254p, 1968.

PASSARELLI, Gianluca. The presidentialization of politics concept: between parties and leaders. In: XXII IPSA, World Congress of Political Science, Madrid. 2012.

PERES, P. e MACHADO, A. “Uma tipologia do recrutamento partidário”. **Opin. Publica** [online]. vol.23, n.1, pp.126-167, 2017

POGUNTKE, Thomas; WEBB, Paul. The Presidentialization of Politics in Democratic Societies: A Framework for Analysis. **The presidentialization of politics. A comparative study of modern democracies**. 2005.

Portal da Rede Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.Redesustentabilidade.org.br>>.

Portal do Partido Social Democrático. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/>>.

Portal do Partido Solidariedade. Disponível em: <<http://www.solidariedade.org.br/>>.

Portal do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>.

RIBEIRO, Ricardo Mendes; SIMONI JUNIOR, Sergio. O Surgimento do PSD e o Sistema Partidário Brasileiro. **Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política** – UFPR – Curitiba, 31 de Julho de 2013 a 02 de Agosto de 2013.

RIBEIRO, P. Floriano. “Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005”. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

RIBEIRO, P. Floriano. “Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 10, pp. 225-265, 2013.

SAMUELS, D. “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. **Dados** [online], vol.40, n.3, 1997.

SAMUELS, D. “Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil”. Cambridge University Press, 2003.

SOUZA, M do C. C. de. “Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)”. Alfa-Ômega, 1983.

SPECK, B. “Nem ideológica, nem oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil”. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 37-60, 2013.

TAROUCO, Gabriela. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 5, n. 1, 54-76, 2011

TAVITS, M. “Party System Change Testing a Model of New Party Entry”. **Party Politics**, 12(1), 99-119, 2006.

TAVITS, M. “Party systems in the making: The emergence and success of new parties in new democracies”. **British journal of political science**, v. 38, n. 1, p. 113-133, 2008.

WOLLINETZ, S. “Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies”. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose; LINZ, Juan. **Political Parties: Old Concepts, New Challenges**. p. 136-165 Oxford: OUP, 2002.